

AS PRÁTICAS DESTINADAS ÀS FAMÍLIAS DE PESSOAS EXCEPCIONAIS NA ASSOCIAÇÃO BARBACENENSE DE ASSISTÊNCIA AOS EXCEPCIONAIS ENTRE 1962 E 1971

Maria Eduarda Copatti Lopes¹ 

Sabrina Cristina de Oliveira² 

Rodolfo Luís Leite Batista³ 

RESUMO

A família cumpre importante papel para a assistência de pessoas com deficiência. Esta pesquisa documental caracteriza a participação e as práticas destinadas a famílias desempenhadas na Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais entre 1962 e 1971. Para tanto, foram coletados documentos administrativos, jurídicos e psicológicos, analisados em perspectiva histórica. Os resultados da análise foram organizados em: (a) a legislação sobre a educação do excepcional e (b) a participação das famílias no cotidiano da entidade. Espera-se que esta investigação permita compreender o envolvimento da família na assistência prestada ao excepcional, bem como identificar e caracterizar as práticas destinadas às famílias.

Palavras-chave: História da Psicologia, práticas, família, pessoa excepcional

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Presidente Antônio Carlos. Endereço eletrônico: copattimariaeduarda@gmail.com.

²Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Presidente Antônio Carlos. Endereço eletrônico: macedosabrina@icloud.com.

³Psicólogo. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Endereço eletrônico: rodolfo11b@ufjf.br.

THE PRACTICES FOR THE FAMILY OF EXCEPTIONAL PEOPLE IN THE ASSOCIAÇÃO BARBACENENSE DE ASSISTÊNCIA AOS EXCEPCIONAIS BETWEEN YEARS 1962 AND 1971

ABSTRACT

The family plays an important role in the assistance of people with disabilities. This documental research characterizes the participation and the practices for the families performed in the Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais between 1962 and 1971. Therefore, administrative, legal and psychological documents were collected and analyzed in an historical perspective. The results of the analysis were organized in: (a) the legislation on the education of the exceptional and (b) the participation of the families in the day-to-day activities of entity. This investigation contributes to understand the family's involvement in the assistance provided to the exceptional, as well as identify and characterize the practices for the families.

Keywords: History of Psychology, practices, family, exceptional people.

LAS PRÁCTICAS DIRIGIDAS A FAMILIAS DE PERSONAS EXCEPCIONALES EN LA ASSOCIAÇÃO BARBACENENSE DE ASSISTÊNCIA AOS EXCEPCIONAIS ENTRE 1962 Y 1971

RESUMEN

La familia cumple un papel importante en la asistencia de personas con discapacidades. Esta investigación documental caracteriza la participación y las prácticas para las familias realizadas en la Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais entre 1962 y 1971. Para este fin, fueran colectados documentos administrativos, jurídicos y psicológicos, analizados desde una perspectiva histórica. Los resultados del análisis están organizados en: (a) la legislación sobre la educación de lo excepcional, y (b) la participación de las familias en la vida cotidiana de la entidad. Se espera que esta investigación ayude a comprender la participación de la familia en la asistencia a lo excepcional, así como identificar y caracterizar las prácticas dirigidas a las familias.

Palabras-clave: Historia de la Psicología, prácticas, familia, persona excepcional.

Introdução

A literatura acadêmica contemporânea evidencia a importância da família para a assistência de pessoas com deficiência (Fiamenghi-Júnior & Messa, 2007; Silva & Alves, 2021; Oliveira & Poletto, 2015). A família contribui para a inserção desses indivíduos em redes de atenção psicossocial e, em razão desse papel, ela também se torna destinatária de práticas – profissionais ou não, de caráter psicológico ou não – em diferentes instituições. Investigar esses fazeres parece ser uma estratégia apropriada para compreender o processo histórico de delimitação de temas que a psicologia tem tomado como objeto de análise e de intervenção. Por exemplo, se, na atualidade, os trabalhos científicos e a legislação se voltam para *peessoas com deficiência*, em outros momentos, utilizar a expressão *peessoas excepcionais* era algo bastante comum e não necessariamente assumia o caráter pejorativo do tempo presente⁴. Lançar o olhar em direção a essa temática permite ainda avaliar os papéis atribuídos à família em distintos contextos espaço-temporais.

Este artigo caracteriza, sumariamente, a participação e as práticas destinadas a famílias desempenhadas na Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais⁵ (ABAE) entre 1962 e 1971. Esse recorte temporal circunscreve a primeira década de funcionamento dessa instituição, que modificou o panorama da assistência a pessoas com deficiência e a estudantes com dificuldades de aprendizagem em Barbacena e cidades vizinhas, na mesorregião mineira do Campo das Vertentes, na segunda metade do século passado (Batista, Dornelas & Nogueira, 2022). Distanciando-se da representação hospitalocêntrica e manicomial recorrentemente atribuída à Barbacena, a ABAE ligou-se ao campo educacional da cidade desde sua fundação (Duarte & Passos, 2009; Passos, Barboza & Souva, 2009). Dessa maneira, a entidade possibilitou a criação de duas escolas públicas de educação especial: o Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário e a Escola Primária junto ao Centro de Recuperação Neurológica da ABAE, em 1965 e 1970, respectivamente (Batista, Nogueira & Salvador, 2022a; 2022b). Isso posto, reconhece-se a estreita articulação que a instituição estabeleceu com os problemas educativos, fazendo repercutir localmente a relação histórica entre a psicologia e a educação dos excepcionais.

No Brasil, as relações entre psicologia e educação são objeto de estudo histórico privilegiado dada sua importância para a constituição desses domínios de conhecimento, processo que também possibilitou o surgimento da psicologia escolar e educacional (Antunes, 2012;

⁴ Os termos pelos quais as pessoas com deficiência têm sido tratadas sofreram modificações ao longo da história e documentam as diferentes concepções de assistência a elas oferecida. Na atualidade, o Estatuto da Pessoa com Deficiência considera que uma pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015). Por se tratar de uma pesquisa historiográfica, este artigo opta pelo uso do termo excepcional. Embora a expressão não seja mais utilizada, o uso do conceito foi proposto e incentivado por Helena Antipoff para caracterizar as pessoas de desenvolvimento avaliado como abaixo ou acima da média da população – ou seja, os infradotados e os superdotados, respectivamente (Domingues, 2011).

⁵ Desde 28 de setembro de 1999, a entidade passou a adotar a razão social Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena.

Barbosa, 2011). De acordo com Antunes (2008), a psicologia escolar e educacional pode ser entendida como um campo científico-profissional que se configura a partir de critérios ontológicos, epistemológicos, metodológicos e éticos que dialogam com seu contexto. A literatura historiográfica tem denominado o período histórico aqui investigado como “psicologia educacional e psicologia *do* escolar” (Barbosa, 2012, p. 105, grifo no original). Nele, a psicologia se ocupava do diagnóstico e do tratamento de crianças-problemas a partir de enfoque individualizante e classificatório, exemplificados pela “produção de laudos de crianças em idade escolar para encaminhamento às chamadas escolas especiais e depois às classes especiais” (Barbosa, 2012, p. 117). Era comum a orientação de pais e familiares em relação aos problemas de crianças-problema sem maior aprofundamento a respeito do ambiente em que o indivíduo e sua família estavam inseridos.

Martínez (2009; 2010) considera os fazeres desse período como práticas tradicionais. De caráter psicoeducativo, elas são “aquelas que podem ser consideradas com uma história relativamente consolidada” e focalizam problemas concretos, a fim de remediá-los e corrigi-los por meio de estratégias de classificação e de orientação (Martínez, 2010, p. 43). A orientação de pais e a produção de documentos decorrentes de avaliação são exemplos de práticas concernentes à família frequentes no período estudado (Martínez, 2009). É bastante provável que elas façam parte do elenco de fazeres empreendidos na ABAE.

Pesquisar as práticas desempenhadas nessa entidade permite conhecer um dos ambientes em que a psicologia se estabeleceu como profissão no Campo das Vertentes. De certo modo, ao focalizar uma instituição de assistência à pessoa excepcional, amplia-se o conjunto de narrativas historiográficas a respeito desses fazeres no Campo das Vertentes, uma vez que a literatura já indica as relações existentes com os âmbitos educacional (Batista, 2022) e da saúde mental (Passos, 2009). Para dar conta de seu objetivo, este artigo contextualiza a criação e as primeiras atividades da Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos seguidos para coleta e análise dos documentos. Ao final, apresentam-se as normativas e o cotidiano das práticas destinadas a famílias de pessoas excepcionais na entidade barbacenense.

1 Os primeiros dez anos de funcionamento da Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais

A Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais foi fundada em 31 de maio de 1962 por iniciativa de pais e mães que buscavam assistência apropriada para seus filhos com síndrome de Down (Drumond, 2015). Para tanto, Léa Paulucci Cascapera, Ítalo Sogno e Túlio Otávio de Araújo Lima reuniram apoio da sociedade civil e de políticos locais para organizar uma instituição especializada, uma vez que as ditas pessoas excepcionais da cidade, até então, recebiam apenas atendimento médico em hospitais psiquiátricos e eram integradas em classes de ensino emendativo em escolas públicas (por exemplo, as do Grupo Escolar Padre Sinfrônio de Castro). De fato, a entidade tomou como inspiração a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – fundada no Rio de Janeiro, em 1954 – e recebeu incentivo da psicóloga e educadora Helena Antipoff e do médico fisiatra Raymundo

Lobo Veras. Em pesquisa anterior, Drumond (2015) declara que a implantação da assistência multidisciplinar pela instituição procurou obedecer a diretrizes formuladas por Helena Antipoff⁶. De acordo com seu estatuto, a associação tinha por finalidade “o ajustamento, a proteção e a educação de indivíduos excepcionais” (Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais, 1966, p. 1). Reconhecia-se a necessidade de interação de equipe para atuar em favor do desenvolvimento e da aprendizagem de pessoas excepcionais.

A primeira sede da Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais localizava-se em uma casa na praça Álvares Cabral, onde passou a funcionar um serviço de reabilitação neurológica⁷ e a denominada *escolinha para excepcionais*. Entre 1965 e 1968, as instalações definitivas da instituição foram construídas em terreno na região central da cidade, que havia sido doado pela prefeitura em reconhecimento a seu caráter de utilidade pública municipal (Barbacena, 1962). Outros subsídios foram recebidos em razão do reconhecimento de utilidade pública pelas instâncias administrativas estaduais e federais (Batista, Dornelas & Nogueira, 2022).

A associação barbacenense buscou se aproximar do movimento apaeano⁸ tão logo formalmente instituída. De tal modo, alguns representantes da ABAE participaram da assembleia geral da Fenapaes em que ocorreu a aprovação do estatuto e a eleição de seus primeiros dirigentes, acontecida na Academia Nacional de Medicina no Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1963 (Jannuzzi & Caiado, 2013). De igual maneira, a instituição foi registrada sob o nº 36 na Fenapaes, propondo-se a oferecer serviços de avaliação diagnóstica, estimulação sensorial, atendimento educacional especializado e preparação para o mercado de trabalho (Drumond, 2015). Isto posto, percebe-se que a participação de familiares era de importância fundamental para o estabelecimento e funcionamento da entidade barbacenense.

Em relação a ações realizadas ao longo da década de 1960, destaca-se o Serviço de Orientação Psicopedagógica, que era dedicado a práticas psicológicas e atividades de cunho orientativo na ABAE. Além disso, o governo mineiro mantinha classes clínicas⁹ para as crianças e os adolescentes que frequentavam a entidade barbacenense. Nelas, eram ensinadas atividades de vida diária e de educação percepto-sensorial, bem como cumpria-se um currículo baseado em conteúdos da vida cotidiana (Drumond, 2015). Ao longo do

⁶ Para Jannuzzi e Caiado (2013), as pesquisas e os trabalhos de Helena Antipoff influenciaram positivamente a organização das primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil. Ao longo de sua trajetória, a psicóloga e educadora russo-brasileira propôs novas práticas de atendimento de pessoas excepcionais, compreendendo a articulação entre processos educativos e desenvolvimento humano, que se disseminaram em inúmeras instituições ao redor do país (Campos, 2010).

⁷ As práticas de reabilitação neurológica empreendidas na entidade barbacenense eram fundamentadas no trabalho do médico Raymundo Veras no Centro de Reabilitação Neurológica Nossa Senhora da Glória, no Rio de Janeiro, e no *Institute for the Achievement of Human Potential*, criado pelo fisioterapeuta Glenn Doman na Filadélfia, Estados Unidos.

⁸ O movimento apaeano se constitui como uma rede de pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras que se reúnem pela inclusão, promoção e defesa de direitos de pessoas com deficiência. Hoje, o movimento apaeano congrega a Federação Nacional das Apaes (a Fenapaes), 24 Federações de Apaes nos estados e mais de 2200 Apaes espalhadas pelo país.

⁹ De início, as classes clínicas funcionaram no prédio da Abae até conclusão de sede própria.

período investigado, foram assinados convênios para a adjunção de professoras da Secretaria de Educação de Minas Gerais. Essas professoras participaram de cursos de formação de professores financiados pela Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Cademe) e de outras iniciativas educacionais de órgãos federais. Vale informar que esses acordos com órgãos públicos estavam amparados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, que permitia a subvenção estatal a entidades privadas dedicadas à integração de pessoas excepcionais (Brasil, 1961).

Do ponto de vista teórico-metodológico, os profissionais da *escolinha para excepcionais de Barbacena* também eram assessorados pelo Instituto de Psicologia e Pedagogia da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, sediada na cidade vizinha de São João del-Rei (Servo, 1964, p. 11). A equipe técnica desse instituto ocupava-se tanto da avaliação psicológica do público atendido quanto da orientação de pais e do professorado (Batista, 2022). Nessa direção, os documentos consultados registram o trabalho de Balduína Senra Delgado e Maria Lygia Rodrigues Leão, que haviam estudado na faculdade são-joanense, onde também se capacitaram para a aplicação de testes psicológicos (Servo, 1964). Para os estudos psicológicos dos assistidos, eram realizadas entrevistas com os pais / responsáveis e aplicadas estratégias psicométricas (tais como a escala métrica Binet-Terman, Cubos de Kohs, teste de inteligência não-verbal e desenho de Goodenough), com vistas a avaliar capacidades mentais de observação, compreensão a ordens, memória e habilidade manual (Servo, 1964).

No começo da década de 1970, os dirigentes reorganizaram a estrutura administrativo-funcional da ABAE: a clínica de reorganização neurológica e as classes de escolaridade foram substituídas por vários setores (por exemplo, setor médico, de logopedia, de terapia ocupacional e de psicopedagogia). Essas mudanças se justificaram pela aprovação do terceiro estatuto da entidade, que dispunha que a ABAE tinha como objetivo promover a reabilitação e integração social do menor excepcional mediante educação e trabalho e incentivava a realização de oficinas de atividades manuais e artesanais. Havia outros setores em funcionamento, quais sejam: o de fisioterapia, o de ioga, o de ortóptica, o de serviço social, o de educação física, as classes montessorianas e as oficinas pedagógicas. Esse amplo elenco de atividades era conduzido por profissionais de assistência jurídico-social, educação e saúde, assinalando o caráter multiprofissional da assistência prestada pela instituição. Para promover a maior integração do assistido com o ambiente social, eram empreendidas atividades de tratamento individuais de caráter remediativo e corretivo após a realização de diagnóstico multidisciplinar. Por exemplo, no setor psicopedagógico, dava-se a avaliação e o encaminhamento para as diversas áreas de atendimento, bem como era promovida a orientação de estudantes do Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário. Fazia-se também a reeducação de pacientes com dificuldades de escrita e/ou fala e problemas psicomotores ou emocionais.

Em atenção ao direito de escolarização de pessoas excepcionais, a Lei estadual nº 12.660 decretou a criação da Escola Primária junto ao Centro de Recuperação Neurológica da ABAE, em 12 de maio de 1970 (Savassi, 1991). O estabelecimento escolar era composto

de classes clínicas para crianças com deficiências leves, dislexias e dificuldades de aprendizagem escolar (Savassi, 1991). No prédio anexo à ABAE, algumas professoras que haviam feito formação no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no Rio de Janeiro, cumpriam um programa de ensino especial preparado para os matriculados (Drumond, 2015). Em meados da década de 1970, a Delegacia Regional de Ensino autorizou a ampliação do número de classes especiais na instituição. À época, o governo mineiro também assinou acordos com entidades educacionais e assistenciais estadunidenses, que promoveram a visita de especialistas estrangeiros e a capacitação profissional da equipe pedagógica. Assim, a instituição recebeu a visita de consultores do Corpo da Paz.

Em síntese, a Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais é resultado de interesse e empenho de famílias de pessoas com síndrome de Down, ligadas ao comércio local, que alcançaram junto a sociedade civil e políticos o apoio e os recursos financeiros para a instalação e o funcionamento de uma entidade especialmente dedicada àquele público. Ao longo de sua primeira década de atendimento, a instituição se submeteu a três diferentes estatutos – aprovados em 1962, 1966 e 1971. Essas normativas sistematizavam o papel das famílias e aproximaram a associação barbacenense das Apaes já existentes no país.

Na ABAE, as práticas destinadas a pessoas excepcionais e suas famílias tinham caráter multiprofissional: a assistência ali prestada foi gradativamente ampliada de modo que, ao final do período em tela, ela articulava diferentes setores especializados. Além da relação com o movimento apaeano, os pais e as mães que dirigiam a entidade procuravam apoio de órgãos públicos brasileiros (por exemplo, prefeituras municipais, a Secretaria de Educação de Minas Gerais, o Ministério da Educação e o Ministério da Previdência Social) e de instituições internacionais, a saber o mencionado *Institute for the Achievement of Human Potential*. No que toca ao instituto estadunidense, houve visitas de sua equipe de especialistas para a orientação de mães e pais para a aplicação do método Doman-Delacato e o envio de professoras barbacenenses para lá se capacitarem.

Os documentos dão conta que eram assistidas cerca de 250 pessoas excepcionais em 1971. É sabido que suas famílias participavam da Semana Nacional da Criança Excepcional e era desejado seu engajamento espontâneo para a reabilitação de seus integrantes. Diante disso, questiona-se: quais práticas eram destinadas a famílias de pessoas excepcionais empreendidas na Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais entre 1962 e 1971? O que documentos remanescentes do período e arquivados pela entidade registram a esse respeito? As subseções a seguir procuram responder a essas perguntas.

2 Práticas de pesquisa

Para alcançar o objetivo proposto neste artigo, realizou-se uma pesquisa documental de caráter qualitativo e exploratório. De acordo com Lima e Miotto (2007), ao realizar uma investigação, o pesquisador deve assumir atitude e prática teórica de constante busca, que definem a pesquisa como um processo intrinsecamente inacabado e permanente. Desse modo, os resultados relatados estão diretamente relacionados aos documentos a que se teve acesso, bem como aos referenciais bibliográficos que sustentaram a análise. Outros pesquisadores

podem acessar fontes documentais diferentes daquelas aqui analisadas e produzir narrativas distintas a partir de sua intencionalidade de pesquisa.

Foram cumpridos os seguintes procedimentos:

– *Revisão de literatura*: para caracterizar as práticas destinadas a família de pessoas excepcionais empreendidas ao longo do período investigado, assim como conhecer a história da Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais, realizou-se o levantamento e a leitura da produção acadêmica a esse respeito. Essa estratégia permitiu que os pesquisadores se informassem acerca do contexto histórico em que o objeto se inseriu e cuidassem para uma análise mais aprofundada dos documentos coletados.

– *Pesquisa documental*: o processo investigativo com documentos exige atenção e tempo para que a pessoa encontre informações úteis para sua pesquisa em um amplo conjunto de fontes (Pimentel, 2001). De início, deu-se a construção do *corpus* com documentos administrativos (estatutos, relatórios trimestrais e livro de reuniões de pais e mães), psicológicos (prontuários e folhas de testes) e jurídicos (extratos de lei e termos de convênios) disponíveis na sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena. Eles foram recolhidos e fotografados, a fim de serem acessados quando necessário. Em seguida, eles foram lidos sistematicamente para identificação de informações relativas ao objetivo de pesquisa. As leituras foram realizadas em articulação com as informações de contexto identificadas pela revisão de literatura. Passou-se à elaboração das categorias de análise apresentadas mais adiante. Durante a redação do artigo, procurou-se evitar a análise anacrônica do *corpus* documental, reduzindo-se os julgamentos ou comparações do período investigados com ideais contemporâneos. Por exemplo, foram mantidos as expressões e os conceitos presentes para que o leitor pudesse se aproximar das características da época.

3 Resultados e discussão

Os resultados da análise foram organizados em duas partes, quais sejam: a legislação sobre a educação do excepcional e a participação das famílias no cotidiano da associação barbacenense.

3.1 A legislação sobre a educação do excepcional

A Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais manteve arquivados alguns recortes da legislação referente à escolarização de pessoas excepcionais em vigor ao longo do recorte estudado. Esta análise considera que essa preocupação se deveu ao fato de existirem classes clínicas que deram origem a uma escola de educação especial em estreita articulação com a associação barbacenense. Dessa maneira, depreende-se a importância da relação entre família e escola para a assistência de qualidade desde a legislação educacional federal até normativas mais específicas de funcionamento da entidade. Dentre os documentos analisados, dois deles se referem especialmente à participação da família na assistência prestada pela instituição, a saber: o segundo estatuto da entidade, de 6 de maio de 1966; e a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Dois artigos do estatuto regulamentavam a participação de pais e outros familiares na entidade, atribuindo-lhes a condição de sócios (Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais, 1966). De acordo com o documento, não havia número previamente estipulado de pais e mães que poderiam participar da instituição, solicitando apenas que se tratassem de “pessoas idôneas” que pudessem contribuir para os objetivos de “proteção, educação e ajustamento social dos indivíduos excepcionais” (p. 1). Dentre as finalidades da instituição, o artigo 2º dispõe a respeito das práticas de orientação. Ainda que não se refira detalhadamente aos familiares, outros documentos mostram que as mães e os pais eram destinatários privilegiados de orientação especializada.

A Lei nº 5.692 atualizou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Em seu artigo 10º, ela mencionava a obrigatoriedade da orientação educacional em escolas desses níveis de ensino, incluindo o oferecimento de aconselhamento vocacional em cooperação entre professores, *família* e comunidade (Brasil, 1971, grifos nossos). Em comparação aos documentos relativos ao cotidiano da instituição, pode-se perceber o empenho da direção da entidade em cumprir essa determinação haja vista a realização de reuniões e outras atividades com mães e pais, descritas mais adiante. Em síntese, a permanência desses documentos no arquivo da entidade mostra o interesse de que a normatização da relação entre instituição de ensino e família para que os processos educacionais acontecessem de maneira eficaz.

3.2 A participação da família no cotidiano da Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais

Os documentos analisados dão conta de que a família estava presente no cotidiano da Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais desde a entrada da pessoa na instituição até seu acompanhamento em diferentes atividades ali empreendidas. De uma parte, os prontuários registram que diferentes integrantes da família – por exemplo, mães, pais e tias – eram responsáveis pelo primeiro encaminhamento dos indivíduos assistidos pela instituição. Os motivos da consulta eram muitas vezes os problemas de comportamento em âmbito familiar, descritos como “problema de conduta”, [criança] “criadora de problemas” e “com dificuldade de socializar-se”. Havia também os ditos problemas relativos à organização da família – sintetizados pela expressão “desajustamento familiar”. Os prontuários não detalham a participação da família no acompanhamento e nos tratamentos oferecidos pela associação.

De seu lado, os livros de atas de reuniões de pais e mães atestam a participação no cotidiano da instituição. Eles revelam que os encontros não eram realizados – ou, ao menos, registrados – com periodicidade determinada, uma vez que os relatos são de datas bastante intervaladas e pouco detalhados. Esses arquivos documentam as práticas ocorridas em parceria com pais e mães, bem como as orientações acerca da assistência e do tratamento destinados aos excepcionais mediante a realização de palestras, por exemplo. Nos próximos parágrafos, apresentam-se exemplos dessa participação.

A ata da reunião de 6 de agosto de 1968 foi assinada por 26 mulheres, denotando a ausência de pais nessa atividade. O evento foi conduzido por Léa Paulucci Cascapera,

tendo sido tratada “a procedência das mães durante o trabalho, solicitando a cada mãe para o interesse maior quanto ao trabalho de seu filho”. O documento também indicou os procedimentos a serem seguidos em caso de falta da criança, sendo que ela deveria ser informada e justificada junto a instituição apenas em situação de doença da pessoa assistida. Também foram levantados alguns pedidos e sugestões para a ação local da Semana Nacional da Criança Excepcional. Percebe-se que, ao solicitar sugestões das pessoas presentes, a entidade buscava ampliar a participação das mães presentes na reunião, assim como inseri-las na identificação de demandas para a assistência aos excepcionais.

Em 9 de setembro de 1968, a sessão foi liderada pela então vice-presidente da entidade Léa Paulucci Cascapera. Na ocasião, ela incentivou os pais e as mães presentes que apoiassem seus filhos na aplicação do método Doman-Delacato. De acordo com a diretora-executiva, “o método é abnegado e exige muito sacrifício”, sendo necessário que as mães e os pais acompanhassem seu filho pelo menos uma vez por semana na instituição. Isso permitiria que o cumprimento do método se tornasse menos cansativo para as crianças e diminuiria o desânimo dos pais em relação ao desenvolvimento de seus filhos. Em seguida, o médico pediatra Rubens Crespo, responsável pela aplicação do método na instituição, deu explicações relativas aos exercícios de visão e respondeu às perguntas postas pelos presentes. Observa-se o empenho de articulação entre o setor médico e os pais mediante a apresentação e a resolução de dúvidas acerca de métodos utilizados pela instituição para o tratamento dos excepcionais. Mais uma vez, percebe-se a solicitação de que os pais acompanhassem proximamente a assistência prestada a seus filhos.

No encontro de 16 de abril de 1970, 52 pessoas assinaram a lista de presença, sendo recorrente o nome de mulheres. A sessão foi presidida pela diretora-executiva Léa Paulucci Cascapera e contou com a presença da assistente social da entidade, Ivanilda Terezinha Delgado, e a delegada de ensino de Barbacena, Léa Dias Abrantes. Os temas da reunião foram discutidos em grupos, a partir dos quais foram recolhidas sugestões dos participantes a respeito do funcionamento cotidiano na instituição: horário de início e término das atividades, uso de uniforme e escolha de acompanhante. Ressalta-se a indicação de que a mãe da pessoa excepcional assistida deveria obrigatoriamente doar um dia de trabalho pelo acompanhamento de seu filho na entidade. Para sistematizar essa prestação de serviços, passariam a ser agendadas reuniões a cada 30 dias e definiu-se uma escala de trabalho para as mães. O estabelecimento do trabalho de mães na própria instituição deixa entrever a insuficiência da equipe para dar conta das atividades prestadas, bem como a tentativa de formalização da presença de pais e mães no cotidiano da entidade.

Em 21 de maio de 1970, 44 pessoas assinaram a ata de reunião do Clube de Mães. Embora tenham sido listados os diferentes temas trabalhados, o documento não detalha a forma de tratamento que lhes foi dada.

Embora esteja fora do período investigado, dois relatos auxiliam a caracterizar o Clube de Mães e valem a pena serem abordados. Em 3 de maio de 1973, realizou-se uma reunião do Clube de Mães com a finalidade de planejar as festividades por ocasião do Dia das Mães. Os trabalhos foram coordenados pela senhora Vani Esteves, de quem não foram encontradas

informações biográficas. A diretora-executiva Léa Paulucci Cascapera esclareceu que, após a ampliação dos prédios da entidade, restaram muitas despesas para serem salgadas e que as necessidades da instituição eram muitas, tornando-se necessário o auxílio do grupo de mães e voluntárias. Em seguida, ela expôs o planejamento das comemorações pelo Dia das Mães, que constava de uma palestra, um show de crianças da ABAE e do Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário, sorteio de prêmios para as mães e distribuição de guloseimas (doces, salgados, balas e bolo). Por sugestão da direção da entidade, a celebração da missa daria início ao programa comemorativo. Decidiu-se também pela realização de uma palestra a ser proferida por um estudante do 3º ano de Medicina intitulada *O excepcional e o problema sexual*. Finalmente, a diretora-executiva esclareceu as finalidades do Clube de Mães e as diversas atividades que ele poderia empreender. Esse documento registra que a direção da entidade procurou articular-se às mães para realizar um evento comemorativo do Dia das Mães, ainda que a entidade apresentasse dificuldades financeiras:

Pelas integrantes do Clube de Mães, foi proposto que se reunissem crianças e mães da ABAE e do Instituto Maria do Rosário para uma comemoração comum [...]. Antes de encerrar a reunião foi esclarecida pela Diretora e pela Coordenadora sobre as finalidades do Clube de Mães e as diversas atividades que o mesmo poderá desenvolver.

Em 28 de maio de 1973, ocorreu reunião do Clube de Mães, a fim de se comunicar as visitas de Márcio Ibrahim, superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social, e do médico Raymundo Veras e integrantes do Instituto de Organização Neurológica dos estados da Guanabara, Minas Gerais e Pará. Para essa última visita, a diretora-executiva pediu a colaboração das mães para a elaboração do menu do almoço a ser oferecido nas instalações da ABAE, bem como sua participação na preparação das atividades e doações financeiras. O programa das atividades era composto de visita às instalações da entidade, palestra de Raymundo Veras para as mães, reuniões para discussão de assuntos de interesse dos institutos e almoço. Mais uma vez, nota-se a presença da família – particularmente das mães – na organização de eventos promovidos pela instituição de modo a fortalecê-la e informar as mães e os pais acerca das formas de tratamento utilizados com os excepcionais.

Considerações finais

As famílias participavam da organização de eventos da entidade fossem eles comemorativos (o Dia das Mães, por exemplo) ou para transmissão de informações técnicas e orientação sobre o tratamento de seus filhos (tais como, a Semana da Criança Excepcional e as visitas de representantes do *Institute for the Achievement of Human Potential* e o Centro de Recuperação Neurológica Nossa Senhora da Glória). Nos documentos administrativos, foram encontrados relatos acerca da participação de mães, pais e outros familiares no acompanhamento de pessoas excepcionais assistidas pela ABAE. Nessa direção, foram

encontradas atas de reuniões que documentam o incentivo – até mesmo, a solicitação – de que os pais e as mães se interessassem e se dedicassem na aplicação do método Doman-Delacato. As famílias também participavam da assistência ao prestarem informações importantes para a compreensão do caso e a proposta de tratamento – por exemplo, histórico do desenvolvimento da criança e características de seu ambiente familiar e social. Além disso, foi identificado que os funcionários da instituição também discutiam conhecimentos relativos às deficiências, a fim de orientar e sanar as dúvidas apresentadas pelas famílias dos assistidos. Esses relatos podem ser entendidos como indícios do reconhecimento da importância da família – ainda que com caráter complementar – para que a assistência da instituição alcançasse êxito.

Inspirados pela classificação proposta por Martínez (2009; 2010), é possível perceber o ambiente em que se deu a institucionalização de práticas psicológicas tradicionais, tais como a orientação a pais devidamente registradas no livro de atas de reuniões. Desse modo, delineou-se a relação entre psicologia e educação, bem como a profissionalização desse domínio de conhecimento no interior de Minas Gerais – particularmente na mesorregião do Campo das Vertentes. A assistência a pessoas excepcionais e suas famílias ao longo do recorte temporal analisado foi fundamental para esse acontecimento.

Espera-se que esta investigação tenha auxiliado a entender o envolvimento da família no acompanhamento da assistência prestada ao excepcional, bem como identificar e caracterizar as práticas destinadas às famílias. Em consideração aos poucos estudos dedicados à história da Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais, este artigo é uma contribuição para a pesquisa histórica a respeito da presença de profissionais da Psicologia em contexto local.

Referências bibliográficas

- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 12, n. 2, p. 469-475. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- Antunes, M. A. M. (2012). *A psicologia no Brasil: leitura história sobre sua constituição*. (5ª ed.). Educ.
- Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais. (1966). *Estatuto da Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais*. ABAE.
- Barbacena. (1962). *Lei nº 791, de 27 de novembro de 1962*. Autoriza cessão de terreno do patrimônio municipal a Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais. Prefeitura Municipal de Barbacena.
- Barbosa, D. R. (2011). *Estudos para uma história da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil*. Tese [Doutorado em Psicologia] – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

- Barbosa, D. R. (2012). Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 32, num. esp., p. 101-123. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500008>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- Batista, R. L. L. (2022). *Para orientar a juventude: a construção de um projeto salesiano de Psicologia Escolar e Educacional*. Appris.
- Batista, R. L. L. & Dornelas, G. V. & Nogueira, I. C. C. (2023). *Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais (1962-1999)*. Disponível em: <https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/associacao-de-pais-e-amigos-dos-excepcionais-de-barbacena-1999-atualassociacao-barbacenense-de-assistencia-aos-excepcionais-1962-1999/>
- Batista, R. L. L., Nogueira, I. C. C. & Salvador, C. F. C. (2023). *Instituto da Criança Excepcional Maria do Rosário (1965-1976)*. Disponível em: <https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/instituto-da-crianca-excepcional-maria-do-rosario-1965-1976/>
- Batista, R. L. L., Nogueira, I. C. C. & Salvador, C. F. C. (2023). *Escola Primária junto ao Centro de Recuperação Neurológica da ABAE (1970-1974)*. Disponível em: <https://portalpioneiros.fae.ufmg.br/instituto-da-crianca-excepcional-maria-do-rosario-1965-1976/>
- Brasil. (1961). *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.
- Brasil. (1971). *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 23 fev. 2023.
- Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 23 fev. 2023.
- Campos, R. H. F. (2010). *Helena Antipoff*. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana.
- Domingues, S. (2011). *O conceito de excepcional na obra de Helena Antipoff: diagnóstico, intervenções e suas relações com a Educação Inclusiva*. Dissertação [Mestrado em Educação] – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Duarte, M. N. & Passos, I. C. F. (2009). Barbacena: “terra dos Bias e dos Andradas”, “cidade dos loucos” e “cidade das rosas”. In: Passos, I. C. F. *Loucura e sociedade: discursos, práticas e significações sociais*. Argvmentvm. p. 121-136.

- Drumond, A. C. (2015). *A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barbacena e o atendimento às pessoas com síndrome de Down (1962-1976): diálogos com pestalozzianos*. Tese [Doutorado em Educação] – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Fiamenghi-Júnior, G. & Messa, A. (2007). Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 27, n. 2, p. 236-245. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000200006>. Acesso em: 24 fev. 2023.
- Jannuzzi, G. M. & Caiado, K. R. M. (2013). *Apae: 1954 a 2011 – algumas reflexões*. Autores Associados.
- Lima, T. C. S. & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katálisis*, v. 10, num. esp., p. 37-45. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 24 fev. 2023.
- Martínez, A. M. (2009). Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 13, n. 1, p. 169-177. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v13n1/v13n1a20.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- Martínez, A. M. (2010). O que pode fazer o psicólogo na escola? *Em aberto*, v. 23, n. 83, p. 39-56. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2456>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- Oliveira, I. G. & Poletto, M. (2015). Vivências emocionais de mães e pais de filhos com deficiência. *Revista SPAGESP*, v. 16, n. 2, p. 102-199. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v16n2/v16n2a09.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.
- Passos, I. C. F. (2009). *Loucura e sociedade: discursos, práticas e significações sociais*. Argvmentvm.
- Passos, I. C. F., Barboza, M. A. G. & Souza, W. A. S. (2009). Os discursos da loucura em Barbacena: falar a loucura, fazê-la calar... In: Passos, I. C. F. *Loucura e sociedade: discursos, práticas e significações sociais*. Argvmentvm. p. 137-158.
- Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 179-195. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300008>. Acesso em: 24 fev. 2023.
- Savassi, A. J. (1991). *Barbacena: 200 anos*. Lemi.

- Silva, D. F. & Alves, C. F. (2021). Aceitação familiar da criança com deficiência: revisão sistemática da literatura. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 41, num. esp. 3, p. 1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003209337>. Acesso em: 24 fev. 2023.
- Servo, G. (1964). *Instituto de Psicologia e Pedagogia: cinco de anos de atividade (1960-1964)*. Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras. Instituto de Psicologia e Pedagogia.
- Veras, R. & Melton, D. (2017). *Filhos do sonho, filhos da esperança: tratamento da criança com lesão cerebral e com síndrome de Down*. Senai São Paulo.

